SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 17, DE 2006
(nº 13/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 18, §§ 1º e 2º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 42 e 44 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor BERNARDO DE AZEVEDO BRITO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque, com sede em Amã.

Os méritos do Senhor Bernardo de Azevedo Brito que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de janeiro de 2006.

EM Nº 00003 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 6 de janeiro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art.84, inciso XXV, da Constituição Federal e conforme disposto no art.18, §§1º e 2º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 42 e 44 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **BERNARDO DE AZEVEDO BRITO** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque, com sede em Amã.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **BERNARDO DE AZEVEDO BRITO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

SENHOR BERNARDO DE AZEVEDO BRITO

CPF.: 7507380491
ID.: 1153771 IFP/RJ

1935 Filho de João Aleixo de Brito e Alvesina Azevedo Brito, nasce em 04 de junho, no Rio de Janeiro/RJ.

1956 Curso de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha, Guarda-Marinha (FN)

1957 Segundo Tenente (FN) da Reserva da Marinha.

1958 CPCD-IRBr

1958 Cônsul de Terceira Classe, em 28 de fevereiro

1958 Divisão de Atos Internacionais (DAI), assistente

1958 CAD-IRBr

1960 Embaixada em Copenhague, Terceiro e Segundo Secretário

1960 Ordem do Libertador San Martin, Argentina, Oficial

1961 Segundo Secretário, por merecimento, em 24 de outubro

1962 Consulado Geral em Copenhague, Cônsul-Adjunto

1962 Ordem do Dannebrog, Dinamarca, Cavaleiro

1962 Embaixada em Oslo, Segundo Secretário

1964 Ordem de Santo Olavo, Noruega, Cavaleiro de 1ª Classe

1964 Consulado em Sevilha, Cônsul

1964 Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações da XLVIII sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra - Chefe de delegação

1965 Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações da XLIX sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra - Chefe de delegação

1967 Divisão da América Meridional I (DAM-I), assistente

1968 Primeiro Secretário, por merecimento, em 30 de junho

1968 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial

1968 Divisão da Bacia do Prata e Chile (DBP), Chefe interino

1968 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial

1969 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Primeiro Secretário e Conselheiro

1970 4ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação

1970 5ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação

1970 6ª sessão do Comitê Preparatório da Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York - Chefe de delegação

1970 6ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação

1971 11ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, Nova York - Chefe de delegação

1971 7ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1971 Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Nova York - Chefe de delegação

1971 Comitê Especial para a Racionalização dos Trabalhos e Organização da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Relator

1971 8ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1971 1ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, Nova York - Chefe de delegação

1971 9ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1971 12ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, Genebra - Chefe de delegação

1972 13ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, Nova York - Chefe de delegação

1972 2ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, Nairobi - Chefe de delegação

1972 Grupo Intergovernamental Preparatório da Conferência ONU/IMCO sobre Transporte Internacional de Cofres de Carga, Nova York - Chefe de delegação/Presidente

1972 11ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1972 12ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1972 1ª sessão do Comitê de Revisão e Avaliação da Estratégia para a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Genebra - Chefe de delegação, Relator

1972 Reuniões Conjuntas do Comitê de Programa e Coordenação (CPC) e do Comitê Administrativo de Coordenação (ACC), Genebra - Chefe de delegação

1973 Conselheiro, por merecimento, em 01 de janeiro

1973 15ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, Nova York - Chefe de delegação

1973 3ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, Nova Delhi - Chefe de delegação

1973 Comitê das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Nova York - Chefe de delegação

1973 13ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1973 1ª sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), Genebra - Chefe de Delegação

1973 14ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1973 16ª sessão do Conselho de Administração do PNUD, Genebra - Chefe de delegação

1974 Comitê Intersecsional do ECOSOC sobre Empresas Transnacionais, Nova York - Chefe de delegação

1974 2ª sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), Nairobi - Chefe de delegação

1974 Comitê das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Nova York - Chefe de delegação

1974 15ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice- Presidente

1975 1ª sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos, Nova York - Chefe de delegação

1975 16ª sessão do Comitê de Programa e Coordenação das Nações Unidas, Nova York - Chefe de delegação/Vice-Presidente

1975 4ª sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Recursos Naturais, Tóquio - Chefe de delegação

1975 2ª sessão do Comitê de Revisão e Avaliação da Estratégia para a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York - Chefe de delegação/Relator

1975 Embaixada em Roma, Conselheiro/Ministro de Segunda Classe

1975 Representante Permanente junto à FAO

1975 5ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre a Carne, Roma - Chefe de delegação

1975 50ª sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, Roma - Chefe de delegação

1975 67ª sessão do Conselho da FAO, Roma - Chefe de delegação

1976 10ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Nairobi - Chefe de delegação

1976 10ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, Roma - Chefe de delegação/Presidente

1976 19ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre o Arroz, Roma - Chefe de delegação

1976 11ª sessão da Comissão FAO/OMS do "Codex Alimentarius", Roma - Chefe de delegação

1976 1ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, Roma - Chefe de delegação

1976 Conferência das Nações Unidas para o Estabelecimento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Roma - Chefe de delegação

1976 11ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Roma - Chefe de delegação/Presidente

1976 69ª sessão do Conselho da FAO, Roma - Chefe de delegação

1976 6ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre a Carne, Roma - Chefe de delegação

1976 Reunião Preparatória sobre Juta e Produtos de Juta, do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação

1976 12ª sessão do Comitê sobre Produtos de Cacau e Chocolate, da Comissão FAO/OMS do "Codex Alimentarius", Bienne - Chefe de delegação

1976 Reunião de Peritos da UNCTAD sobre Cobre, Genebra - Chefe de delegação

1976 2ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, Roma - Chefe de delegação

1976 1ª Reunião Preparatória sobre Fibras Duras do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação/Presidente

1977 11ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, Roma - Chefe de delegação

1977 12ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Nova Delhi - Chefe de Delegação

1977 4ª sessão do Comitê de Agricultura da FAO, Roma - Chefe de delegação

1977 51ª sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, Roma - Chefe de delegação

1977 Presidente do Grupo dos 77 em Roma

1977 3ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, Roma - Chefe de delegação

1977 71ª sessão do Conselho da FAO, Roma - Chefe de delegação

1977 1ª Reunião Preparatória sobre Óleos Vegetais e Oleaginosas do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação

1977 2ª Reunião Preparatória sobre Fibras Duras do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação/Presidente

1977 4ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, Roma - Chefe de delegação

1977 1ª sessão do Conselho de Administração do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Roma - Chefe de delegação/Governador

1977 72ª sessão do Conselho da FAO, Roma - Chefe delegação

1977 73ª sessão do Conselho da FAO, Roma - Chefe de delegação

1978 3ª Reunião Preparatória sobre Fibras Duras do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação/Presidente

1978 12ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, Roma - Chefe de delegação

1978 2ª Reunião Preparatória sobre Óleos Vegetais e Oleaginosas do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação

1978 13ª sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Roma - Chefe de delegação

1978 2ª sessão do Comitê "Ad Hoc" sobre Alimentos e Políticas de Nutrição, Roma - Chefe de delegação

1978 5ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, Roma - Chefe de delegação

1978 12ª sessão da Comissão FAO/OMS do "Codex Alimentarius", Roma - Chefe de delegação

1978 4ª sessão do Comitê da FAO sobre Florestas, Roma - Chefe de delegação

1978 12ª sessão do Comitê da FAO sobre Pesca, Roma - Chefe de delegação

1978 6ª sessão do Comitê Intergovernamental "ad hoc" do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação

1978 Reunião do Grupo de Peritos sobre Sisal e Henequen, do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra - Chefe de delegação

1978 6ª sessão do Comitê sobre Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, Roma - Chefe de delegação

1978 74ª sessão do Conselho da FAO, Roma - Chefe de delegação

1978 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 12 de dezembro

1978 2ª sessão do Conselho de Administração do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Roma - Chefe de delegação/Governador

1979 Vice-Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (agregado)

1979 Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Grande Oficial

1981 Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos (agregado)

1982 Embaixador em Lusaca (Zâmbia)

1983 Conferência Consultiva Anual da SADCC, Maseru - Chefe de delegação

1986 Conferência Consultiva Anual da SADCC, Harare - Chefe de delegação

1986 Embaixada em Harare, Embaixador

1988 1ª Reunião do Comitê Ministerial Permanente para Cooperação Econômica do Movimento Não-Alinhado, Harare - Chefe de delegação

1990 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 28 de junho

1991 13ª sessão da Comissão das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, Harare - Chefe de delegação

1991 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

1992 3ª sessão da Força Tarefa sobre Reestruturação do Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima (IPCC), Harare - Chefe de delegação

1992 8ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima (IPCC), Harare - Chefe de delegação

1994 Embaixada em Helsinki, Embaixador

1994 Embaixador, cumulativo, em Talinn (Estônia)

1997 Ordem do Lião da Finlândia, Finlândia, Grã-Cruz

1998 Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em Santa Catarina (ERESC)

2000 II Congresso Internacional de Turismo das Mercocidades, Florianópolis, Chefe de delegação

2001 IX Encontro da Unidade Temática de Cultura das Mercocidades, Florianópolis, Chefe de delegação

2004 Escritório de Representação do Brasil em Ramallah, (Embaixador), Chefe

CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política (SGAP-II)

Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA)

Divisão do Oriente Médio II (DOM II)

MENSAGEM AO CONGRESSO
IRAQUE

IRAQUE - DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Iraque
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	República
ÁREA	437.072 km^2
POPULAÇÃO	26.074.906 (estimativa julho de 2005 - CIA)
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Árabes (75-80%), Curdos (15-20%), Turcomanos, Assírios e outros (5%) (2005 - eia)
DATA NACIONAL	17 de Julho (1968) – Dia da Revolução. O atual Governo Interino pretende escolher uma nova data nacional, já que o 17 de julho era celebrado durante o regime de Saddam Hussein.
PIB (2006)	US$ 97,6 bilhões (eia – est.)
PIB/capita	US$ 2.100 (estimativa 2004, CIA)
UNIDADE MONETÁRIA	Novo Dinar Iraquiano (NID$)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Jalal Talabani Primeiro-Ministro Ibrahim al Jaafari
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Hoshyar Zebari
MAIORES CIDADES	Bagdá, Basra, Mosul, Irbil, Karbala, Najaf, Kirkuk

POLÍTICA INTERNA

Desde a derrubada do Regime baathista de Saddam Hussein, em 2003, o Iraque atravessa período de expressiva transição política e de acomodação no poder de diferentes grupos étnico-religiosos. Muitos desses grupos foram subjugados pela ditadura de Saddam Hussein, que lhes impedia, por um lado, de se expressar politicamente e, por outro, de participar do processo decisório em conformidade com seus interesses e representatividade.

O conflito que se instalou no país após a queda abrupta de Saddam Hussein resultou, inicialmente, de uma rejeição à invasão de tropas estrangeiras, aliada aos erros estratégicos e táticos cometidos pelas forças de coalizão. Aos poucos, no entanto, esse conflito, apesar de ainda conter forte elemento de resistência ao invasor externo, vem-se transformando, passando a refletir, cada vez mais, a disputa por um espaço de poder entre os diferentes segmentos políticos, étnicos e religiosos.

Em 28 de junho de 2004, teve lugar a assunção do Governo interino do Iraque, conforme previsto na Resolução 1546. As eleições legislativas de 30 de janeiro de 2005 realizaram-se em clima de extrema instabilidade interna, mas a necessidade de legitimar uma liderança representativa era mais premente. O resultado das eleições, com a maioria do grupos xiitas (inclusive os confessionais) em primeiro lugar, os curdos em segundo e o grupo de xiitas e sunitas seculares liderados pelo Primeiro-Ministro Iyad Allawi, em terceiro, estabeleceu alguns parâmetros pelos quais a política iraquiana deverá pautar-se.

Em 7 de abril de 2005, após dois meses de complexas negociações entre as diversas facções políticas, e com clara disposição de não excluir nenhum grupo político do poder, nem mesmo aqueles (os sunitas) que boicotaram as eleições, o Parlamento iraquiano elegeu o novo Governo provisório, tendo como Presidente da República o curdo Jalal Talabani, como Primeiro-Ministro o xiita Ibrahim Al-Jaafari e como Vice-Presidentes o sunita Gazi Yawer e o xiita Adel Abdul Mahdi.

A redação de nova Constituição foi concluída no prazo estipulado pelo cronograma, apesar das pressões da crescente violência dos atentados terroristas que visavam a protelar a instalação de um Estado de direito. Entretanto, a insatisfação de grupos que não se sentiam devidamente amparados pelo novo texto impediu sua aprovação imediata. Após intensas negociações, o Parlamento finalmente aprovou o texto constitucional em 18 de setembro, ainda a tempo para sua submissão à referendum popular em 15 de outubro de 2005, em conformidade com o cronograma previsto. Não obstante, a necessidade de se cumprir os prazos estabelecidos fez com que os temas mais controversos da Constituição, como a definição de federalismo e descentralização, a distribuição das riquezas do petróleo, a extinção do Partido Ba´ath, a Identidade Nacional e o Islã permanecessem em aberto, para discussões posteriores.

Em 15 de dezembro, foram realizadas eleições legislativas para a escolha de uma nova Assembléia que se encarregaria de compor um Governo permanente até 31 de dezembro de 2005. Denúncias de fraude nas eleições impossibilitaram uma decisão final do pleito, que em sua contagem inicial dava ampla maioria à parte xiita. Seu resultado permanece em suspenso até que as alegações de contrafação sejam esclarecidas.

Negociações sobre temas controversos da nova Constituição do país poderão alimentar, ainda mais, as tensões políticas no decorrer de 2006. O objetivo de estabelecer um Estado federal, politicamente estável, enfrentará enormes desafios.

Política Externa

Desde a assunção do Governo Transitório, em 7 de abril de 2005, a política externa do Iraque tem-se norteado pela necessidade de obter o reconhecimento da comunidade internacional ao novo Governo e de estabelecer boas relações com os países vizinhos, inclusive com aqueles considerados inimigos pelo Governo de Saddam Hussein, como o Kuaite e o Irã.

O isolamento do Iraque, sobretudo depois da Guerra do Golfo, em 1991, foi pouco atenuado depois da queda de Saddam, pela desconfiança de grande parte dos países da comunidade internacional, que condenou a invasão, criticou a instalação do CPA e fez restrições ao Governo interino do Primeiro-Ministro Allawi, por ver em sua escolha mais um "diktat" de Washington do que uma decisão decorrente das consultas feitas pelo Representante das Nações Unidas, o Embaixador Brahimi. O Governo que assumiu necessitava do apoio internacional até mesmo para legitimar-se internamente, pois precisava dissociar-se da imagem de que estaria no poder por contar com o beneplácito norte-americano e britânico.

Por outro lado, seja por restrições políticas, seja por cautela, tanto os organismos internacionais quanto diversas potências mundiais mantiveram-se afastados do processo de reconstrução do Iraque. As próprias Nações Unidas ainda tentam recuperar-se do abalo provocado pelo atentado que vitimou 22 de seus funcionários em agosto de 2003, entre eles, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral Kofi Annan.

Em 22 de junho de 2005, realizou-se em Bruxelas, sob os auspícios dos Estados Unidos e da União Européia, a Conferência Internacional sobre o Iraque. O encontro visou, sobretudo, a oferecer uma oportunidade ao Governo iraquiano de explicar à comunidade internacional a estratégia a longo prazo do país e suas prioridades, tanto no que se refere ao processo constituinte, quanto à reconstrução e ao Estado de Direito, tendo por base a Resolução 1546 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Conferência de Bruxelas representou um primeiro e importante passo, por um lado para que o novo Governo explicasse seus projetos, por outro, para que a comunidade internacional estabelecesse os limites de sua cooperação.

Em novembro de 2004, o Governo iraquiano negociou acordo com o Clube de Paris, no que diz respeito ao perdão de sua dívida externa. O acordo prevê o cancelamento de 80% da dívida iraquiana em três fases, havendo ainda a necessidade de definir questões relativas à condicionalidade e à possibilidade da existência de uma cláusula para a redução da dívida, ao fim do tratamento, em função dos resultados das receitas de petróleo do Iraque. O Brasil decidiu continuar a tratar o assunto da dívida iraquiana de forma bilateral.

As contradições internas e a disputa entre as diversas confissões dentro do Iraque repercutem nos países vizinhos, que acompanham com preocupação o processo em curso em Bagdá. O importante espaço conquistado pelos grupos xiitas confessionais desde as eleições de janeiro de 2005 deverá influir na relação do Iraque com o Irã, com uma possível aproximação dos grupos dirigentes dos dois países.

RELAÇÕES BILATERAIS

Nas décadas de 1970 e 1980, Brasil e Iraque mantiveram intenso relacionamento bilateral, decorrente da complementaridade entre as duas economias. Em meados da década de 1970, depois do primeiro choque do petróleo, apareceram no Brasil sinais claros de esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento adotado, que dependia de alto endividamento externo. O Brasil passou, então, a sofrer de escassez de divisas. A pequena produção nacional de petróleo nos obrigava a importar grandes quantidades do produto, com vistas a manter em funcionamento o setor produtivo.

O Iraque, por sua vez, era um dos principais produtores mundiais de petróleo. Em decorrência da elevação brutal dos preços do produto no mercado externo, havia-se tornado o país com o maior programa de investimentos em infra-estrutura em todo o mundo em desenvolvimento.

Havia, ainda, uma forte relação de amizade entre os dois Governos, uma vez que o Brasil fora um dos primeiros países a se solidarizar com o Iraque, logo após a nacionalização das empresas de petróleo do país, em 1971. Mantiveram-se, na ocasião, as importações do óleo iraquiano, a despeito do embargo decretado pelos países desenvolvidos.

O Iraque, naquela época, tornou-se o único país a vender petróleo ao Brasil, sem a exigência de garantias ou cartas de crédito. Por falta de divisas suficientes para adquirir o produto, as importações eram pagas, em parte, com contratos de prestação de serviços. Essa complementaridade de interesses trouxe benefícios para ambos os países, durante muitos anos. Enquanto o Brasil obtinha um substancial alívio cambial, o Iraque executava seu projeto de modernização de infra-estrutura, apoiando-se, em parte, em empreiteiras brasileiras.

No entanto, após o início da guerra Irã-Iraque, em 1980, o relacionamento bilateral tornou-se pouco a pouco complexo e oneroso. Os iraquianos passaram a canalizar quase todos os seus recursos para os gastos decorrentes do conflito e, conseqüentemente, a atrasar os pagamentos devidos a empresas brasileiras. O Brasil, entretanto, continuava dependente da importação do petróleo iraquiano. Por essa razão, foram realizadas diversas operações financeiras entre empresas nacionais prestadoras de serviços e instituições de direito privado controladas pelo Governo brasileiro, como o Banco do Brasil e a Petrobrás, de modo a permitir a continuidade das obras de infra-estrutura no Iraque.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o Governo brasileiro acatou determinação da ONU que exigia que todos os seus nacionais - pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque. Essa medida acabou acarretando a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas. Naquela ocasião, foi desativada a Embaixada brasileira em Bagdá.

Na atual crise do Iraque, o Brasil se colocou ao lado da ordem internacional. A posição brasileira refletiu a postura tradicional do Brasil de defesa de princípios como o da responsabilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos assuntos relativos à paz e à segurança internacional e o da não interferência em assuntos internos de países soberanos. Nesse sentido, favoreceu, apoiou e empreendeu esforços tendentes a propiciar a preservação da paz e, na eclosão do conflito, ao reiterar a convicção de que não tinham sido esgotadas todas as possibilidades para uma solução pacífica da crise, lamentou o desencadeamento das hostilidades e a desconsideração da responsabilidade do CSNU nessa matéria. Essa posição se deveu ao estrito respeito da legalidade internacional.

O Governo brasileiro se manteve favorável à plena reinserção da ONU no processo de reconstrução e reorganização política do Iraque e espera que seja alcançado consenso entre as diferentes facções políticas, religiosas e étnicas do país. Considera importante que o novo regime político a se estabelecer mantenha a integridade territorial do Iraque e viabilize a participação eqüitativa e condizente dos diversos componentes da sociedade local em sua administração. Nesse sentido, foi favorável à realização de eleições no país, transparentes e conduzidas de forma independente.

É entendimento do Governo brasileiro que, embora a resolução 1546 do CSNU não tenha proporcionado o melhor resultado final, ela estabelece o início do término da ocupação no Iraque. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil atuou no processo negociador da resolução, orientado pelos objetivos de assegurar autoridade ao Governo interino, como representante soberano do povo iraquiano; de estabelecer as Nações Unidas como um parceiro do novo Governo; de enfatizar a importância da observância das obrigações internacionais nos campos dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário; de estabelecer claramente o controle iraquiano sobre as forças de segurança do país, incluindo suas forças armadas, bem como sobre seus recursos econômicos; e de estabelecer mandato claro e preciso para a presença, no Iraque, da Força Multinacional após o fim da ocupação do país. A plena implementação do mandato outorgado às Nações Unidas pela resolução 1546 e o seu retorno ao Iraque dependerão de melhora significativa nas condições de segurança.

O Brasil acompanhou com atenção a realização da Conferência de Doadores para o Iraque, realizada em Madri, em outubro de 2003, tendo em vista a perspectiva de reconstrução do Iraque e a recuperação dos laços bilaterais econômicos e comerciais pré-existentes.

Em 28 de junho de 2004, teve lugar a assunção do Governo interino do Iraque, conforme previsto na Resolução 1546. Nesse mesmo contexto, em 30 de janeiro de 2005, realizaram-se eleições legislativas. O Brasil manifestou contentamento com a realização das eleições, como passo importante e positivo no processo de transição, e elogiou o papel fundamental das Nações Unidas em sua implementação. Observou a necessidade de inclusão dos grupos que se alienaram do processo eleitoral no quadro de transição política, com vistas a que a nova estrutura pudesse refletir, acuradamente, os diversos segmentos da sociedade iraquiana.

Em 1º de agosto de 2004, o Governo brasileiro criou um Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à Embaixada em Amã, como parte do processo de reativação gradual de sua Embaixada em Bagdá. Em 6 de abril de 2005, o Chefe do Núcleo foi acreditado como Encarregado de Negócios junto à Chancelaria iraquiana, com residência temporária em Amã. Considera-se provável a indicação, no decorrer de 2006, de um Embaixador do Iraque para o Brasil.

Em maio de 2005, em sua primeira viagem ao exterior após a assunção do novo Governo provisório, o Presidente Talabani chefiou a delegação iraquiana presente à Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília. Na Declaração de Brasília, os países signatários enfatizaram o respeito à unidade, a soberania e à independência do Iraque e a não-interferência em seus assuntos internos.

Em junho de 2005, o Ministro Celso Amorim participou, em Bruxelas, de Conferência Internacional sobre o Iraque, organizada pelo Conselho da União Européia e pelo Governo dos Estados Unidos da América. A Conferência de Bruxelas constituiu oportunidade para a discussão, entre representantes do Governo iraquiano e cerca de 80 representantes de países e de organizações internacionais, sobre temas como reconstrução econômica, processo político e situação institucional iraquianas.

O Brasil, que além de El Salvador foi o único país da América Latina a ser convidado, viu com bons olhos a iniciativa. Na oportunidade, reiterou o apoio do Governo brasileiro, já manifestado por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes, e sublinhou a necessidade de que o processo democrático iraquiano se complete de forma transparente e com a participação de todos os segmentos da sociedade. Em sua alocução, o Senhor Ministro de Estado expressou, ademais, o apoio brasileiro à proposta do Presidente Talabani de criação de um banco bi-regional entre a América do Sul e o mundo árabe, e informou da intenção do Governo brasileiro de reativar, gradualmente, a Embaixada em Bagdá e retomar o relacionamento bilateral nos níveis anteriores aos da Guerra do Golfo.

De 13 a 14 de setembro de 2005, realizou-se, em Amã, Jordânia, a feira "Brasil na Reconstrução do Iraque", organizada pela APEX e pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque. O sucesso do empreendimento incentivou os organizadores a incluir a participação do Brasil na exposição "Rebuild Iraq 2006 – The 3rd International Trade Exhibition for Rebuilding Iraq", que terá lugar de 3 a 6 de abril de 2006, em Amã.

Embora o contexto histórico e geopolítico atual se tenha alterado radicalmente (no Brasil, praticamente, não mais existe a dependência externa de petróleo), sempre será relevante, no âmbito de nossa inserção no Oriente Médio, o relacionamento com Bagdá. Há perspectivas de cooperação promissoras para as empresas e instituições brasileiras retomarem a posição de prestígio e confiança de que desfrutavam há cerca de duas décadas.

COMÉRCIO BRASIL-IRAQUE:

IRAQUE – INDICADORES ECONÔMICOS

IRAQUE	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (US$ bilhões)*	-	-	25,8	26,4	89,8	98,0
PIB (bilhões de Dinares)**	-	-	8,02122	49,896	-	144,55
Taxa de crescimento do PIB (%)	-	-6.0	-3.0	-21,8	52,3(est.)	3,7
Taxa de inflação (%)	5,0	16,4	19,3	29,3	25,4(est.)	11,2
População (milhões)	-	23.6	24.2	-	25,3	26,07
Taxa de desemprego (%)	-	-	-	-	25 – 30 (est.)	27 – 40
Dívida Externa Pública (US$ bilhões, valor bruto)	-	-	-	-	125 (est.)	100 (est.)

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões):

BRASIL ⇒ IRAQUE	2000	2001	2002	2003	2004	2005*
Exportações	17.694	6.033	70.583	42.366	61.595	41.301
Importações	219.167	25.576	328.623	279.816	473.070	522.522
Superávit/Déficit do Brasil	-201.473	-19.543	-258.040	-237.450	-411.474	-481.221

* Valores referentes ao período Jan/Nov

DOM II, [10.01.06]

Aviso nº 18 - C. Civil.

Em 10 de janeiro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BERNARDO DE AZEVEDO BRITO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque, com sede em Amã.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no Diário do Senado Federal de 17/01/2006

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 18/01/2006

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

9 OS :10181/2006)